



ACÓRDÃO Nº1858/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº10902/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Marãã.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Raimundo Ademar de Souza dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP E DICREA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5892/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Marãã. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas Anual** da Câmara Municipal de Marãã, exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Raimundo Ademar de Souza dos Santos**, nos termos do art. 1º, II, alínea "a" e do art. 22, III, alínea "b" da Lei nº 2.423/96, em razão das impropriedades não sanadas apontadas na Fundamentação do Voto;
- 10.2. **Aplicar multa** ao Sr. **Raimundo Ademar de Souza dos Santos** no valor de **R\$13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos)**, em razão das impropriedades de nº 1.1.1 (DICOP) e 1, 2, 5 e 7 (DICAMI), nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterado pela LC nº 204/2020, c/c art. 308, VI da Resolução nº 4/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, conforme Fundamentação do Voto, e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº1858/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar multa** ao Sr. **Raimundo Ademar de Souza dos Santos** no valor de **R\$1.706,80 (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos)**, conforme o art. 54, I, "a", da Lei nº 2.4231/996, com redação dada pela LC nº 204/2020, c/c o art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, pelo atraso de 4 (quatro) dias no envio da prestação de contas mensal (janeiro/2019), em violação ao art. 15 c/c art. 20, II da LC nº 06/1991, de acordo a Restrição 8 da DICAMI na fundamentação do voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Marã que:



ACÓRDÃO Nº1858/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4.1. Em relação à restrição nº 4: negociar junto ao Banco do Brasil a redução dos valores gastos com pagamento de tarifas bancárias ou até mesmo sua extinção, ou ainda, considerando a modalidade de transferência eletrônica atualmente por meio de PIX que passe a utilizar este método para a realização de transferências bancárias evitando o pagamento de tarifas pela utilização de DOC's e TED's.

10.4.2. Em relação à restrição nº 9: recomendar ao controle interno e ao gestor observância quanto à necessidade de o pagamento de diárias, e quaisquer outras despesas, estarem diretamente vinculados com as atividades relacionadas ao interesse público evitando assim a concessão da verba indenizatória para a realização de atividades de interesses majoritariamente particulares e desvinculados da função legislativa.

10.5. Determinar, diante das irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 190, III, "b", da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

10.6. Dar ciência da decisão superveniente ao responsável **Sr. Raimundo Ademar de Souza dos Santos**, por meio de seu patrono;

10.7. Arquivar os autos, expirados os prazos legais.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 1º de novembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.



ACÓRDÃO Nº1858/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral